

Domingo, 18 de Outubro de 2026

Roberta Luchsinger afirma que Polícia Federal deve definir se empréstimo a Marcola é crime ou imoralidade

Empresária lobista nega crime em empréstimo ao ex-chefe de gabinete e diz que cabe à justiça avaliar a conduta.

A empresária e lobista Roberta Luchsinger declarou em exclusiva que não visualiza qualquer ilicitude no ato de conceder empréstimo ao ex-assessor presidencial Marco Aurélio Ribeiro Santana, conhecido como Marcola, afirmando nunca ter recebido benefício algum em troca dos serviços prestados.

"Existe uma fronteira tênue entre amizade e função pública. Para mim, representa simplesmente um colega solicitando assistência. Talvez seja, da minha perspectiva, amadorístico ou eticamente questionável, não tenho certeza", comentou. "Desconheço exatamente quando isso se converte em ilegalidade, visto tratar-se de um pedido interpessoal que simplesmente atendi."

A empresária figura em investigação da Polícia Federal relacionada a possível tráfico de influência. A apuração identificou registros de joias presenteadas a Marcola nos aparelhos eletrônicos da empresária. Segundo a defesa do ex-assessor, as joias correspondem a transação de empréstimo posteriormente liquidado. "Caso caracterize infração penal, apresentarei defesa adequada dentro do processo legal estabelecido."



Luchsinger diz que Lula precisa perguntar a Lulinha com o que ele trabalha

Luchsinger reafirmou que "não houve retribuição alguma de Marcola. Nunca possuí contrato algum com a administração pública em minha carreira", informando à imprensa. "Competirá aos magistrados e investigadores determinar se tal conduta configura crime. Caso o Poder Judiciário ou PF conclua que 'oferecer suporte financeiro a Marcola é delituoso', 'não constitui crime' ou 'representa violação ética mas não jurídica'... não sou eu quem fará esta classificação."



Luchsinger também mencionou que era frequentemente procurada por integrantes ministeriais que buscavam proximidade com Marcola para conseguir "priorizar compromissos" e agendamentos junto ao presidente.

"Diversos gestores recorriam ao meu auxílio, particularmente pelo acesso ao chefe de gabinete. Creio que pela complexidade de acesso que enfrentam com o presidente naquele período, recorriam frequentemente a mim e a Fábio para intermediar contato com Marcola, viabilizando agendamentos ou priorização de iniciativas."

Através de comunicado enviado à imprensa, o representante legal de Marco Aurélio Ribeiro sustenta que ele jamais utilizou sua posição para beneficiar interesses particulares de terceiros.

"Conforme comprovado repetidas ocasiões, Marco Aurélio Ribeiro obteve crédito da Sra. Roberta Luchsinger, cujo montante foi integralmente saldado", consta da nota. "Cumpre assinalar que a responsabilidade basilar de um chefe de gabinete consiste em organizar agendamentos e processar demandas direcionadas à presidência, funcionamento idêntico ao que Marco Aurélio Ribeiro exerceu durante sua permanência no cargo."



À CNN, Roberta Luchsinger rebate Lula: "Se sou pilantra, eles também são"

A assessoria do presidente Lula emitiu comunicado negando qualquer conhecimento dos relatos apresentados por Roberta Luchsinger. "O mandatário ignora completamente os acontecimentos descritos pela Sra. Roberta Luchsinger". "Conforme informado anteriormente, jamais participou de diálogos diretos com ela, nunca processou suas solicitações e desconhece supostas negociações como as mencionadas. Ressaltamos que nenhuma contratação federal envolve Roberta", declara.

"Chama atenção que declarações dessa natureza surjam exatamente na antevéspera do pleito eleitoral. A história política demonstrou episódios similares onde acusações não confirmadas foram disseminadas como recurso para moldagem da percepção pública. A repetição desse procedimento representa tentativa irresponsável de desorganizar o processo democrático e condicionar a liberdade de escolha dos cidadãos."

A defesa de Fábio Luís, conhecido como Lulinha, mediante comunicado à cobertura, rejeitou qualquer conduta irregular e reiterou que seus relacionamentos ministeriais possuem natureza exclusivamente pessoal. Fábio também contestou as declarações de Roberta, argumentando serem "contraditórias com seu depoimento perante autoridades" e prometendo "demonstrar sua inocência em juízo".

Fábio Luís Lula da Silva não executou nenhuma ação inadequada e disponibilizou voluntariamente seus registros financeiros, documentação fiscal e dados telemáticos, colocando-se à inteira disposição da magistratura para participar das apurações desde o momento inicial. Seus vínculos com autoridades governamentais, inclusive aquelas posteriormente designadas como integrantes ministeriais, originam-se exclusivamente de relações interpessoais decorrentes de convivência desde a juventude, sem envolver negociação ilícita ou desrespeito aos princípios republicanos.

As recentes insinuações públicas formuladas por Roberta Luchsinger apresentam inconsistência com o depoimento que forneceu aos órgãos responsáveis. Tal comportamento expressa, mais evidentemente, seu desagrado tanto com as observações do Chefe de Estado relativamente à sua conduta moral quanto,

naturalmente, com a reiterada campanha de difamação resultante de divulgações não autorizadas objetivando dirigir o enfoque noticioso durante período eleitoral.

No tocante às investigações instauradas, as evidências coligidas até o presente sugerem má conduta processual, influência investigativa e procura aleatória de provas: iniciando-se pela quebra de confidencialidade telefônica de Roberta Luchsinger em investigação previdenciária, que buscava informações sobre Fábio Luís anteriores até ao seu encontro com Antônio Camilo, até os constantes vazamentos não regulares.

Igualmente a outras imputações anteriormente formuladas, inclusive na apuração previdenciária na qual sequer foi acusado, Fábio Luís comprovará sua inocência mediante análise dos documentos e informações concretas disponibilizadas.